



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

**PROJETO DE LEI N.º 174, DE 2023**  
**(Dos Srs. Delegado Matheus Laiola e Delegado Bruno Lima)**

Proíbe de utilização de animais para atividades de entretenimento, regulamenta o art. 225, § 7º da Constituição Federal e dá outras providências.

**DESPACHO:**

APENSE-SE À(AO) PL-6243/2019.

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

**PUBLICAÇÃO INICIAL**

Art. 137, caput - RICD



## Projeto de Lei nº de 2023 (Do Sr. Matheus Laiola)

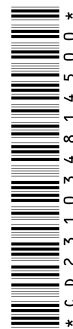
Proíbe de utilização de animais para atividades de entretenimento, regulamenta o art. 225, § 7º da Constituição Federal e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É proibida a utilização de animais, de quaisquer espécies, em circos, atividades de malabarismos e espetáculos similares.

Parágrafo único. A proibição contida no *caput* deste artigo se estende aos espetáculos sem público presencial, transmitidos pela internet, aplicativos ou dispositivos eletrônicos similares.

Art. 2º Para os fins do disposto no art. 225, § 7º, da Constituição Federal, a prática com animais deve ser, cumulativamente:





**PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPUTADO FEDERAL DELEGADO MATHEUS**

Apresentação: 02/02/2023 10:39:58.487 - MESA

PL n.174/2023

I – desportiva, atendendo aos princípios que norteiam o desporto nacional, contidos na Lei n.º 9.615/1998, inclusive a preservação do meio ambiente;

II – manifestação cultural, conforme o § 1º do art. 215 da Constituição Federal, registrada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional como bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural brasileiro;

III – regulada por lei específica que assegure o bem-estar dos animais envolvidos.

§ 1º Às práticas com animais consideradas intrinsecamente cruéis, nas quais não seja possível assegurar o bem-estar animal, não se aplica o disposto no art. 225, § 7º, da Constituição Federal.

§ 2º A existência de Lei reconhecendo uma prática com animais como manifestação cultural e bem de natureza imaterial integrante do patrimônio cultural, não dispensa o registro da prática pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para os fins do art. 225, § 7º, da Constituição Federal.

Art. 3º A utilização de animais domésticos em eventos de exposição depende da garantia dos seus direitos fundamentais e do seu bem-estar, livre de estresse e





**PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPUTADO FEDERAL DELEGADO MATHEUS**

Apresentação: 02/02/2023 10:39:58.487 - MESA

PL n.174/2023

desconforto, atestada por laudo de responsável técnico habilitado.

Art. 4º Considera-se crime utilizar animais, de quaisquer espécies, em circos, atividades de malabarismos e espetáculos similares, com público presencial, ou transmitidos pela internet, aplicativos ou dispositivos eletrônicos similares:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco)anos, e multa.

§ 1º A pena é aumenta da metade se resulta em ofensa à integridade física ou psicológica do animal.

§ 2º A pena é dobrada se resulta morte do animal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala de Sessões, em de de 2023.

**DELEGADO MATHEUS LAIOLA (União-PR)  
DEPUTADO FEDERAL**





## JUSTIFICAÇÃO

A proteção dos animais é fundamental!

Afinal, atualmente, os animais são considerados como seres sencientes, portanto, dotados dos mais variados sentimentos.

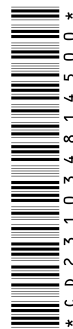
Mais que isso. Os animais possuem direitos fundamentais, os quais devem, obrigatoriamente, ser preservados e garantidos. Todos temos o dever de cuidar dos animais!

Importante frisar que, no Reino Unido, foi introduzido o “dever de cuidar”, impondo que todos devem cuidar adequadamente dos animais e garantir que não venham a sofrer ou serem tratados como objetos.

É nesse contexto que se insere o presente Projeto de Lei, o qual objetiva proibir a utilização de animais, de quaisquer espécies, em circos, atividades de malabarismos e espetáculos similares.

Destaca-se que tal previsão já ocorre em algumas leis estaduais, tais quais os seguintes Estados:

- Goiás;
- Paraíba;
- Rio Grande do Sul;





**PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPUTADO FEDERAL DELEGADO MATHEUS**

Apresentação: 02/02/2023 10:39:58.487 - MESA

PL n.174/2023

- Pernambuco;
- Rio de Janeiro;
- Santa Catarina;
- Alagoas;
- Minas Gerais;
- Mato Grosso do Sul;
- Espírito Santo;
- Paraná;
- São Paulo.

Assim, aproximadamente, 12 dos 26 Estados proíbem a prática objeto desta proposição parlamentar. Em consequência, imperioso se faz a edição de uma lei federal, a qual abarque todos os entes federados com padronização de tratamento para tão relevante tema.

Além disso, é imperioso regulamentar o § 7º do art. 225 da Constituição, introduzido pela Emenda Constitucional 96/2017, visando a conferir segurança jurídica aos envolvidos, bem como garantir a proteção dos animais contra práticas cruéis.

Posto isso, rogo aos meus pares que aprovemos o presente Projeto de Lei.

Sala de Sessões, em        de        de  
2023.





PODER LEGISLATIVO  
CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPUTADO FEDERAL DELEGADO MATHEUS

**DELEGADO MATHEUS LAIOLA (União-PR)**  
**DEPUTADO FEDERAL**

**Agradecimentos:**

*Dr. Vicente de Paula Ataíde Júnior*

*Dra. Amanda Lührs*

Apresentação: 02/02/2023 10:39:58.487 - MESA

PL n.174/2023





## **Projeto de Lei**

### **(Do Sr. Delegado Matheus Laiola)**

Proíbe de utilização de animais para atividades de entretenimento, regulamenta o art. 225, § 7º da Constituição Federal e dá outras providências.

Assinaram eletronicamente o documento CD231034814500, nesta ordem:

- 1 Dep. Delegado Matheus Laiola (UNIÃO/PR)
- 2 Dep. Delegado Bruno Lima (PP/SP)



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
Seção de Legislação Citada - SELEC

| LEGISLAÇÃO   | ENDEREÇO ELETRÔNICO   |
|--|---|
| CONSTITUIÇÃO DA<br>REPÚBLICA<br>FEDERATIVA DO<br>BRASIL      | <a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988-10-05;1988</a>               |
| LEI Nº 9.618, DE 2<br>DE ABRIL DE 1998                       | <a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998-04-02;9618">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:1998-04-02;9618</a>                                 |
| EMENDA<br>CONSTITUCIONAL<br>Nº 96, DE 06 DE<br>JUNHO DE 2017 | <a href="https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2017-06-06;96">https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:emenda.constitucional:2017-06-06;96</a> |

**FIM DO DOCUMENTO**